

**EU POSSO FALAR? IMPLICAÇÕES NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM UMA
PERSPECTIVA DE SUBJETIVIDADES SUBALTERNAS**

ELISÂNGELA DE JESUS FURTADO DA SILVA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

Agradecimento à órgão de fomento:
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Metodológico

EU POSSO FALAR? IMPLICAÇÕES NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM UMA PERSPECTIVA DE SUBJETIVIDADES SUBALTERNAS

1. INTRODUÇÃO

O acesso recente de grupos minoritários à pós-graduação tem produzindo tensões que reacquecem os debates acerca do posicionamento e distanciamento do pesquisador em relação ao objeto ou sujeito participante em pesquisa. Pode uma pessoa negra realizar estudos sobre pessoas negras? Pode uma pessoa branca realizar estudos sobre pessoas negras? Quais as implicações das diferentes perspectivas para o mesmo fenômeno? Diversos trabalhos produzidos têm sido considerados como fruto de uma posição ativista, o que pode culminar em sua desqualificação ou deslegitimação no âmbito acadêmico. Em contrapartida, diversos estudos mesmo sendo realizados sob premissas de neutralidade e objetividade, tiveram como resultado concepções embasadas em crenças preconceituosas e racistas, o que denota a implicação na pesquisa do lugar de fala do pesquisador ante o trabalho realizado.

Refletir sobre o lugar de falar é algo que tem início com Jacques Derrida, ao tratar do *locus* de representações da linguagem e da subalternidade atribuível à escrita (DERRIDA, 1970). O pensamento de Derrida influenciou outros autores e autoras, como Gayatri Chakravorty Spivak e a recente obra de Djamila Ribeiro. A Spivak, que também é fortemente influenciada por Antonio Gramsci e seu olhar para o fenômeno da subalternidade, deve-se o acréscimo teórico como fruto da autocrítica feita por ela em seu trabalho. Como integrante de um grupo de estudos subalternos, Spivak (2014) é tanto crítica aos mecanismos sociais de reprodução das lógicas de subalternização, como também problematiza sua própria atuação enquanto pesquisadora. A preocupação que a perpassa é a de que a relação entre estudiosos, ainda que aliados políticos e grupos subalternos não ocorre de forma equivalente, o que leva a autora a concluir que os subalternos não podem falar.

Outras várias questões estão presentes no acesso ao conhecimento necessário para a compreensão dos fenômenos existentes na sociedade. Se existe a crítica do ativismo aos pesquisadores, também existe uma crítica ao distanciamento no sentido da percepção de limitações ao estudo de fenômenos desconsiderados até então. Diante do exposto, questiona-se, no âmbito dos estudos organizacionais, como se dá a compreensão do ideal no que diz respeito a relação sujeito e objeto ou pesquisador pesquisado.

Para tanto, esse ensaio teórico tem início em reflexões acerca das possibilidades de conhecimento e algumas de suas especificidades, como forma de se compreender em que se diferenciam e se aproximam, com ênfase na Ciência. Na sequência, em “A dimensão ética na produção do conhecimento científico” estão presentes algumas discussões voltadas a problematizar a dimensão ética presente na realização de pesquisas como fonte de produção do conhecimento no campo científico. O derradeiro tópico no marco teórico intitulado “Possibilidades e implicações na relação pesquisador e objeto ou sujeitos” denota questões ligadas ao que é considerado ideal no que se refere ao distanciamento entre pesquisador e pesquisados, sendo que ao final as considerações finais comentários feitos com base na apreciação do panorama teórico apresentado.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Como forma de compreender os desdobramentos da produção do conhecimento na academia, esse tópico visa apresentar uma discussão teórica capaz de nortear a compreensão do tema proposto.

2.1. AS POSSIBILIDADES DE CONHECIMENTO E AS ESPECIFICIDADES DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

O desenvolvimento humano é marcado pela busca constante de controle de todas as questões ligadas à sobrevivência, fato que eleva a importância do conhecimento como forma privilegiada de produção e reprodução de informações importantes nesse sentido. Conhecer é uma habilidade humana dada pela atenção compreensiva, apreensiva e interpretativa, etapas de um processo de uma representação do conhecido, dando origem a modelos, que além de orientar decisões, irão balizar conhecimentos futuros (FRANÇA, 1994, p. 140).

Existem diversas instâncias sociais consideradas *locus* de produção do conhecimento, tais como o senso comum, a religião, a arte, a filosofia, a ideologia e a ciência, sendo que cada qual apresenta formas e condições específicas de ver, compreender e explicar o mundo. Mesmo sob enfoques tão diferentes, Hessen percebe um ponto em comum entre as diferentes formas de produção de conhecimento, já que buscam solucionar incógnatas e interpretar a realidade sob uma determinada visão de mundo (HESSEN, 2000, p. 9).

Neste mesmo sentido, Rubem Alves (ALVES, 1981) afirma que senso comum e ciência são manifestações de uma mesma premência, a de compreender o mundo de forma ampla, possibilitando alternativas que se traduzam em qualidade de vida. O senso comum é considerado a forma de conhecimento mais imediata e diz respeito ao conhecimento adquirido no cotidiano por meio da experiência (ARAÚJO, 2006), além de não possuir qualquer forma de sistematização (GRESSLER, 2003). Em suma, essa forma de produção e compartilhamento de conhecimento diz respeito a um conjunto de saberes construídos e compartilhados socialmente.

Já o conhecimento oriundo do campo religioso é considerado um dos mais antigos, tipificado em função da preponderância de autoridade, costumes e tradição, sendo essas as fontes legitimadoras do que é considerado como verdade (GRESSLER, 2003). Tomás de Aquino considera que “tampouco é permitido considerar falso aquilo que cremos pela fé, e que, Deus confirmou de maneira tão evidente, que só o falso constitui o contrário do verdadeiro, como se conclui claramente da definição dos conceitos” (AQUINO, 1973). O pensamento do autor evidencia o caráter não falseável do conhecimento religioso. A valoração, a inspiração, a sistematização, a infalibilidade e a exatidão são outros traços específicos desse tipo de conhecimento (LAKATOS, MARCONI, 1986).

A manifestação artística também é um caminho para o conhecimento, já que por meio dela é possível transcender o “dar-se conta de” para um patamar constituído de significados e abstrações. Para França, a construção do conhecimento pressupõe a presença de sujeitos, um objeto que provoque o olhar compreensivo, ferramental que maximize a compreensão além da tarefa do dedicar a análise (FRANÇA, 1994).

A palavra “filosofia” tem origem grega e significa amor ao saber, ao conhecimento ou ainda sabedoria, o que já evidencia a centralidade do conhecimento nesse campo. Enquanto os especialistas nas diversas áreas se ocupam em um estudo exaustivo e apurado de um assunto específico, os filósofos adotam um olhar universalista somado a uma postura intelectual, reflexiva ante a generalidade posta (HESSEN, 2000). Sendo a Teoria do Conhecimento um dos campos da filosofia, pode-se dizer que ela “se preocupa de modo geral com o modo como sabemos as coisas e com o que podemos saber” (RAEPER, SMITH, 2001, p. 13). Dessa forma, a filosofia pode ser compreendida como o conhecimento sobre as formas ou possibilidades de conhecer.

Já o termo “ideologia” surgiu na França após a Revolução (1789) em um trabalho voltado à elaboração de uma ciência genérica das ideias a partir da vontade, razão, percepção e memória (CHAUÍ, 1984). A partir de então o conceito passou por diversos processos de ressignificação, tendo ganhado conotação pejorativa após o discurso de Napoleão Bonaparte ao Conselho de Estado em 1812, ocasião em que atribuiu todas as desgraças francesas à ideologia, criada por “tenebrosos” metafísicos (CHAUÍ, 1984, p. 28). Para Gouldner, o conceito denomina o campo que exalta o espírito, lugar aonde “habitam o doutrinário, o dogmático, o apaixonado, o desumanizante, o falso, o irracional e, é claro, a consciência extremista (GOULDNER, 1976, p. 04).

A ideologia pode ser tomada como instância de produção de conhecimento justamente por ser fonte de formação de ideias ocorridas no âmbito social (DEMO, 1981). Algumas ideologias se estabelecem como referência para a vida em sociedade, caráter que revela a potência das concepções ideológicas (DEMO, 1981). Seja qual for a finalidade pretendida e todo o debate ético cabível, o consenso é de que a ideologia possui uma grande capacidade de influenciar visões de mundo e modos de vida. Uma vez admitida que ideologia é mais uma questão de discurso do que de linguagem (EAGLETON, 1997), é possível afirmar que a ideologia não somente se constitui como instância de produção de conhecimento, como também está presente em todas as demais (ARAÚJO, 2006).

O último destaque feito aqui diz respeito à ciência, mas não sem antes ponderar a despretensão em se esgotar as possibilidades para *locus* de conhecimento nesta breve discussão. A inspiração primária da ciência é a necessidade de ordenar a natureza, condição *sine qua non* para prevê-la e controlá-la (ALVES, 1981), algo traduzido por Francis Bacon, ao definir no Século XVII que em função de a natureza ser desordenada e caótica, configura-se como objeto científico, já que esse último é considerado capaz de lhe impor ordenamento e controle (BACON, 1976). Para tanto, esse campo do saber desenvolveu modos e ferramental específico compartilhado por determinados indivíduos (SILVA, 2002). A pesquisa é *modos operandi* para a produção científica, desenvolvida de forma a vincular processo ao produto (SILVA, 2002).

Ao refletir sobre o campo das ciências naturais, mais especificamente da matemática, Bachelard (1996) as dissocia das demais, já que considera que esse ramo cresce de forma diferente do espírito científico no esforço em compreender a concretude dos fenômenos, já que para ele a história da matemática é espantosamente regular. O autor reconhece períodos de pausa neste campo do saber, mas se afirma não conhecer períodos de erro. O pensamento do filósofo francês não é uma exceção, uma vez a ampla difusão da racionalidade e objetividade como formas elevadas de conhecimento. A postura de Bachelard é contextualizada por Nagel (1975), quando afirma haver um tempo passado em que uma tese para ser considerada genuinamente científica, deveria ser considerada inquestionável e necessária. Nesse período, a geometria configurava-

se como único campo científico sistematizado. Muito embora a ciência se refira a uma multiplicidade de áreas, tal concepção ainda possui adeptos.

De forma diversa a Bachelard, Karl Popper tipifica a ciência como sendo falível e corrigível, sendo que a refutabilidade é o que a diferencia das demais instâncias de produção do conhecimento no campo social. As inferências conduzem a teorias, por meio de um processo empiricamente verificável e o conjunto compõe o saber científico (POPPER, 2004). O autor tece uma análise densa a respeito de concepções teóricas e chega a conclusão de que, não é possível justificar de modo racional uma teoria, ou ainda nossa crença a respeito. Nesse caso, o plausível é fundamentar racionalmente a preferência por uma em detrimento de outras, usando como critério seu grau de corroboração. Considerando-se o neopositivismo observado em Viena na década de 20 e a crítica contida no trabalho de Popper, é possível perceber o caráter efêmero das concepções científicas, não sendo possível tomá-las como verdades universais e imutáveis.

Mesmo admitindo-se a impossibilidade de construir um conhecimento infalível (NAGEL, 1975), a ciência tem ocupado um patamar privilegiado no que se refere a produção do conhecimento, considerando-se os demais campos sociais, construindo para si, um lugar totalitário e universal, na medida em que deslegitima qualquer conhecimento elaborado de forma alheia aos pressupostos epistemológicos e critérios metodológicos (SANTOS, 2008).

Esse movimento foi iniciado pelo Iluminismo, considerado um marco histórico de um saber desvinculado de interesses e por isso, entendido como neutro, evento que marcou uma cisão profunda entre a ciência e os demais saberes, de forma especial o religioso (BAPTISTA, 2004; MARCANTONIO, 2011). A partir de então, houve a compreensão e a busca constante em criar mecanismos que pudessem diferenciar a produção científica, das demais produções de conhecimento.

Surge então uma lógica hierarquizada do conhecimento (MONTEIRO, GIRALDES, 2008). O conhecimento para se tornar científico deve obedecer a critérios pré-estabelecidos voltados à padronização da produção do conhecimento e que visam a legitimação desse conhecimento perante a sociedade. Esses critérios estão relacionados aos métodos de pesquisa, compreendendo as formas pelas quais seja possível a emersão de problemas, os meios de análise e o uso de um determinado repertório explicativo.

A pesquisa é o modo pelo qual a ciência perscruta e constrói a realidade (MINAYO, 2012). Embora sua produção seja necessariamente teórica, as concepções acadêmicas repercutem em toda a sociedade e em diversos campos, apesar de alheios ao ambiente científico, são fortemente influenciados por ele. Determinados campos desenvolveram tamanho controle de questões naturais que foram responsáveis pelo redesenho da paisagem terrestre e o traçado da civilização ocidental (NAGEL, 1975).

Ainda segundo Nagel, as pesquisas têm sua origem em problemas percebidos na sociedade pelos cientistas e que passam a tratá-los como objeto de estudo. A partir de então, inicia-se um processo de análise, cujo achado pode ou não avançar na solução da questão inicial, como também é possível surgirem novas questões. A preocupação com a correta aplicação de métodos, técnicas e a interpretação de resultados é fundamental para a legitimidade dos constructos teóricos e apreciação dos achados.

Justamente por isso, um dos fatores mais importantes no processo de construção do saber científico, diz respeito ao controle da variável humana, presente na relação sujeito e objeto ou ainda pesquisador e pesquisado. A complexidade dessa relação é tamanha que há uma abordagem metodológica voltada somente a seu estudo, denominada Análise de Implicação (MARINQUE, DI MATTEO, TROUSSEL, 2016). Tal discussão está localizada na dimensão ética da produção científica, melhor descrita no próximo tópico.

2.2. A dimensão ética na produção do conhecimento científico

Observados algumas das possibilidades para a produção, o volume de conhecimento produzido não necessariamente tem levado a atenuação da complexidade existente na natureza e na sociedade, sendo que alguns consideram inclusive que as diversidades de problemas e perspectivas para compreendê-los proporcionaram mais contradições do que nexos capazes de simplificar a realidade (BAUMGARTEN, 2006). Rousseau questiona-se a si mesmo sobre a capacidade da ciência em minimizar a distância crescente entre o ser e a aparência, ou ainda entre teoria e prática, sendo taxativo ao concluir que não (ROUSSEAU, 1971, p. 52). A preocupação rousseauiana tem origem na busca do que que é considerado real e verdadeiro, algo visto e dado de forma infinitamente diversa a depender das perspectivas ontológicas que referenciam os estudos científicos. Um exemplar típico desse embate é a relação sujeito e objeto. Tais questões podem ser entendidas por meio da dimensão ética da pesquisa científica.

O debate sobre a ética científica não se constitui como algo recente, mas o assunto tem ganhado cada vez mais atenção no campo acadêmico. Uma pesquisa à base Web of Science realizada no dia 18 de dezembro de 2017 foi realizada usando os termos “ethics” e “Science”. O sistema possui registros de trabalhos publicados, que dizem respeito a artigos, *papers* de procedimento, editoriais, resenhas e livros no mundo a partir de 1945, ano que apresenta cinco publicações com os parâmetros usados. Até o ano de 1965 foram registrados não mais que dez trabalhos por ano, e após esse período, há aumento expressivo, sendo que em 1996 houve 110 publicações. Em 2014, as publicações excederam 500 ao ano, continuaram em crescimento e tiveram seu pico em 2016, como 811 trabalhos publicados. Os Estados Unidos são responsáveis por 39,03 dessa produção, seguido por Inglaterra com 11,6% e Canadá com 7,88%. O Brasil produziu 1,88% dos trabalhos, ocupando o 161º lugar.

É interessante observar que o volume de informação produzida não necessariamente significa tradição nos estudos sobre a ética. Também não é possível afirmar que a sociedade atual tenha mais consciência ética do que as anteriores, dado os incômodos citados acima de Baumgarten e Rousseau. Os dados aqui destacados, apesar de serem considerados um convite à problematização do tema no campo científico, cumprem aqui apenas a função de demonstrar o interesse crescente pela temática. Para Kipper (2010), não é possível falar em progresso ou eventos cronológicos responsáveis por nortear a pesquisa envolvendo seres humanos. Para ele, a ética surge como resposta à má conduta científica e diz respeito à necessidade de controle social sobre o trabalho científico.

É inegável a centralidade do pesquisador no processo de estudo e conseqüentemente na produção do conhecimento científico. A ética foi instituída no ocidente pelos gregos por meio da Filosofia (CHAUÍ, 1995). Após quatrocentos anos de desenvolvimento da Filosofia, Aristóteles reuniu e sistematizou todo o conhecimento produzido. Seu esforço pode ser compreendido uma vez que ele acredita que as leis gerais que governam o pensamento devem preceder a produção de qualquer conhecimento. Para o filósofo grego, existem três ciências, sendo elas entendidas como as produtivas, as teóricas ou teóricas e as práticas, sendo a ética

fruto dessa última, e relaciona-se à finalidade das ações, orientadas pela razão objetivando o bem dos indivíduos, bem esse relacionado à virtudes morais tais como coragem, generosidade, prudência, justiça dentre outros (CHAUÍ, 1995).

A noção aristotélica a respeito da ética tem profunda relação como a forma mais ampla em que ele sistematiza os conhecimentos, pensados como sendo lógicos e universais. Atualmente, dada a complexidade e particularidades das sociedades e culturas, compreende-se que somente o debate acerca do que pode ser considerado como “bem” já se apresenta como grande desafio e que em certa medida inviabilize uma definição mais abrangente capaz de abarcar a totalidade humana.

Se a diversidade de subjetividades e interesses tornam a sociedade um campo diverso, o mesmo se pode dizer do campo científico. A produção de conhecimento neste campo teve a ética também como campo balizador do comportamento, porém, grandes percalços marcam o desenvolvimento tanto da ciência quanto da compreensão da ética. No campo científico, a ética tem sido o pano de fundo da discussão sobre as pesquisas na relação sujeito e objeto. O ideal científico contemporâneo é marcado pela primazia da racionalidade e objetividade, princípios esses incumbidos do conhecimento pleno da realidade, mesmo que essa ideia tenha sido totalmente concebida em função da própria atividade racional, fato que denota a vocação da pesquisa científica em criar relações de causalidade. Para tanto, estabelecer a independência dos fenômenos e a distinção entre o sujeito e objeto são centrais (CHAUÍ, 1995).

É válido, a esta altura, apreensões acerca da neutralidade e objetividade. O princípio da neutralidade pode ser entendido como forma de tornar o saber científico autônomo, em que sua legitimação se daria por meios outros que a tutela de autoridades, fossem religiosas ou políticas (LÖWY, 2009). Esses meios, materializados nos métodos científicos deveriam ser auto verificáveis, dando ao conhecimento produzido confiabilidade e legitimação.

Uma vez que acreditava-se ser possível apreender todo conhecimento emanado do objeto subjetivo, a observação, experimentação e interpretação seriam os meios pelos quais o real seria alcançado, independente das paixões ou crenças do pesquisador. Max Weber defende categoricamente que o professor verdadeiro não irá impor posição política a seus alunos (WEBER, 1982). Ele entende que a defesa de outros interesses que não os científicos seja algo ambíguo e a razão de sua concepção contundente a respeito do posicionamento de interesses pessoais, pode ser por ele ser considerado como crucial para absorção do princípio da objetividade em Ciências Sociais (WEISS, 2014). Esse ideal é perseguido e defendido por diversos autores e o campo da saúde possui discussões ricas em detalhes que dão cor, ainda que drástica, do que aqui se trata.

Em 2015, Von Bormann et. Al (2015) publicaram um artigo intitulado “O dever de neutralidade de um periódico científico”. No trabalho, os autores relatam que a administração do Concentrado de Fibrinogênio (FBC), um medicamento dado à pacientes com sangramento considerado de alto custo, estava sendo utilizado mesmo sem um estudo imparcial e aprofundado que justificasse seu uso. A recomendação da necessidade de novos estudos foi rebatida pelos Kozek-Langenecker, et al., defensores do uso do FBC no British Journal of Anesthesia. Von Bormann et. al. afirmaram não ser a intenção questionar a integridade dos defensores do FBC, mas que a concorrência e os conflitos de interesse têm distorcido muitas descobertas médicas. Afirmam ainda que faltam padrões para lidar com os conflitos de interesses e que devem ser desenvolvidos com urgência e encerram ao afirmar que os vínculos

econômicos podem ser um instrumento adicional para o alcance do caminho da virtude (VON BORMANN et. al. 2015).

O caso exposto por Von Bormann et. al (2015) já oferece um quadro cheio de camadas de sentido do que pode ser considerado como “bem” e a quem pertencem os interesses envolvidos. Em uma análise superficial, o uso de um medicamento envolve além de obviamente, os pacientes e os médicos, também diz respeito à hospitais, indústria farmacêutica, empresas publicitárias, logística e seguros, agentes governamentais compreendendo inclusive as revistas onde são publicados os estudos. Esse episódio também revela que as premissas da cientificidade precisam ser revistas, pois podem estar mais ligados a um discurso, do que propriamente a uma prática.

Para Chauí (1995) a neutralidade solicitada por Von Bormann et. al é ilusória (JAPIASSU, 1975; LÖWY, 1987; CHIZZOTTI, 2003; SEVERINO, 2017). O processo de escolha de um determinado objeto e dos métodos, já desenham resultados possíveis, fato que por si só demonstra não se tratar de uma atividade neutra ou imparcial. A autora usa o racismo como forma de embasar seu argumento, afirmando que o conceito é tanto uma ideologia social e política, quanto uma teoria que reivindica cientificidade, embasando-se em observações e informações empíricas originárias da biologia, a psicologia, a sociologia.

Sendo o princípio da neutralidade mais um ideal do que uma prática, o que se pode dizer a respeito da objetividade? Para Chauí a objetividade pode ser entendida como a concretização da subjetividade (CHAUÍ, 1995). Assuntos como colonização, racismo, imigração, sexismo, gênero e fobias justiça social ainda são vistos com repugnância além de não ser consideradas como questões científicas por determinados autores aos quais Wilson (2017) não culpa, e acrescenta que as instituições responsáveis pela formação de pesquisadores são moldadas por misoginia e racismo, criando uma esfera de naturalização da discriminação e preconceito no contexto acadêmico e científico.

Quando determinados grupos veem questões como as citadas por Winson sendo problematizadas, argumentam se tratar de ideologismo excessivo. O autor considera que o comportamento conservador exibido por determinados pesquisadores é ingênuo, por estar embasado na crença, aqui relacionada como ato de fé, de que é a investigação científica deve ser pautada pela objetividade. É possível perceber que as opiniões políticas, morais e religiosas de um cientista afetam os resultados que ele obtém em sua investigação em grande medida.

2.3. Possibilidades e implicações na relação pesquisador e objeto ou sujeitos

É possível perceber que a neutralidade e imparcialidade não são características condicionantes da produção científica. A subjetividade do pesquisador em alguma medida estará implícita em seu trabalho, esse pautado por um processo de investigação aonde serão feitas escolhas e decisões influenciadas por uma série de questões de ordem pessoal (FINE, et. al, 2010). Ocorre que em alguns campos, a natureza dos fenômenos e os objetos de estudo, por suas especificidades que lhes são próprias, não trazem de forma evidente as implicações subjetivas do pesquisador sobre a pesquisa, o que não significa que não haja implicação.

Elías (1990) por sua vez, defende que o conhecimento científico é produto final da capacidade dos pesquisadores em distanciarem-se dos fenômenos que observam. O distanciamento é entendido como o controle das paixões e emoções, possibilitando a diferenciação emocional e até ideológica, de forma que fosse possível o posicionamento crítico para o alcance do

conhecimento racional. Os cientistas não podem ser alheios às questões políticas e sociais de sua época e o dilema em separar as funções parece ser generalizado aos olhos do autor (1990, 28). É possível perceber que, muito embora o autor considere inegável dissociar a subjetividade do pesquisador da pesquisa científica, ele redesenha novas formas neutras e objetivas consideradas por ele como mais apropriadas à racionalidade científica.

Das reflexões desenvolvidas até este ponto, surgem alguns questionamentos. Se a produção de conhecimento não é uma atividade neutra, desinteressada e objetiva, por que alguns argumentam o oposto? O senso comum, a religião, a arte, a filosofia, a ideologia e a ciência enquanto *locus* de conhecimento, expostas no início desta reflexão, são campos que competem com a ciência na produção de saberes, sendo que neutralidade e objetividade são argumentos discursivos usados para diferenciar o conhecimento acadêmico dos demais.

Em suma, admitir tal situação pode ser considerado uma ameaça muito mais em função de que, a partir de então, outras formas de ciências serem possíveis do que pelo seu potencial em trazer graves consequências para aos campos científicos (WILSON, 2017). Em função desse temor, a tradição positivista se ocupa em desenvolver métodos e técnicas voltados a neutralizar a subjetividade do pesquisador, como forma de garantir a objetividade da produção, a universalidade dos instrumentos e a generalização dos achados, cenário que perdurou até os anos de 1980 (MARINQUE, DI MATTEO, 2016). Rever os pressupostos não significa decretar a falência da ciência moderna, como alguns pensadores racionalistas ortodoxos acreditam, (NAGEL, 1975), mas sim, significa que novos desafios estão postos.

A partir de então, um caminho alternativo ao ideal de construção do conhecimento, não diz respeito em negar a implicação do pesquisador no fenômeno ou objeto de estudo, mas sim problematiza-la. A consciência da própria influência no que é produzido é, além de fonte de informação sobre o assunto e o objeto, parte da construção do conhecimento (GAULEJAC, 2002). Na pesquisa social talvez essa característica seja ainda mais proeminente, já que o objeto de estudos seja fenômenos sociais inseridos em um contexto específico e que sua análise ocorre pela interpretação (DENZIN, LINCOLN, 2011).

Considerando-se fenômenos sociais que dizem respeito a subjetividades subalternas, têm ganhado cada vez mais importância no contexto acadêmico simultaneamente ao aumento de estudiosos originários de grupos até então ausentes nas universidades, o dilema referente ao distanciamento necessário entre o sujeito e o objeto adquire novos contornos. Se determinadas temáticas por si somente, já são tomadas por ideologismos científicos como demonstra Wilson (2017) o que dizer quando os estudos são realizados por pessoas que de alguma maneira estão imbricadas de maneira pessoal no fenômeno social a que se propõem analisar?

As ciências naturais desenvolveram métodos e técnicas baseados em princípios norteadores com forma de produzir um conhecimento objetivo, neutro e racional, fundamentos esses desenvolvidos sob influência da filosofia iluminista e do positivismo (MINAYO, 2012). Essas premissas pautaram estudos de diversos estudiosos em ciências sociais e dessa forma, um europeu estudar povos tradicionais africanos ou qualquer outra comunidade, garantia em parte o distanciamento emocional necessário ao desenvolvimento do trabalho sendo que os métodos utilizados reproduzem a mesma lógica. O fato é que, a quem interessa o conhecimento produzido nessas circunstâncias? É justamente o questionamento feito por Weis e Wong. As autoras consideram perversas diversas representações criadas de pessoas pobres e negras nessas condições (WEIS, WONG, 2010).

A Sociologia e Antropologia já foram palco para estudos voltados à construção de uma alteridade vista de forma hierarquizada, diversas vezes tendo como ponto inicial crenças preconceituosas e racistas, sendo o objeto muitas vezes a cultura do “outro”, visto pelas dimensões “exóticas, bizarras ou violentas” (WEIS, WONG, 2006, p. 127). Os naturalistas franceses curiosos como o Brasil oitocentista podem ser considerados exemplares desse panorama. Os relatos nos diários de campo feitos em viagens pelo Brasil por europeus são ricos em detalhes, mas possuem muito mais que descrição, já que as descrições dos hábitos alimentares estabeleciam graus de civilidade em função dos alimentos consumidos. Muitos trabalhos feitos nessa época, se atem a qualificar o escasso pão e o vinho existente no Brasil, já que eram alimentos consumidos na França. Já as farinhas derivadas de milho e mandioca amplamente consumido no país à época, não receberam a mesma atenção rica em detalhes e em adjetivos (GERALDINO, 2015).

Havia ampla e diversas distancias entre os pesquisadores franceses do século XIX e o Brasil, sendo a primeira delas e mais óbvia, a geográfica. Nesse caso, tal situação estava coerente com o ideal positivista, sendo que o máximo distanciamento entre o sujeito e o objeto é algo valorizado e considerado necessário para garantir a neutralidade da produção e impedir o “viés”, algo que distancia a produção de uma verdade existente (LÖWY, 2009, p 189). Esse distanciamento é visto como forma de neutralizar as possíveis influências do pesquisador a seu fenômeno, do contrário o resultado do estudo estaria distorcido, não sendo mais possível se referir a uma realidade generalizável.

Porém, descrições e análises feitas tendo o modo europeu como parâmetro, fez com que a ênfase fosse dada sempre à falta ou escassez em relação à realidade eleita como referência. Apesar de os pesquisadores qualificarem o material produzido como “retrato fiel e objetivo” da realidade, o conhecimento produzido por eles interessava e seria lido por seus compatriotas, situação que configura um compromisso prévio das narrativas realizadas. Desse modo, o distanciamento não garante isenção da subjetividade do pesquisador. A relação positiva entre nível de distanciamento e grau de objetividade também não pode ser estabelecida e inclusive, pode ser um entrave para a realização de estudos sociais, já que estar completamente alheio a contexto de um fenômeno compromete a capacidade de sua compreensão.

O distanciamento entre o processo de conhecimento científico de sua origem peculiar, foi considerada como meio de proporcionar a objetividade científica. Os resultados dessa situação são vários, dentre os quais destaca-se os de ordem ética. Um dos primeiros pontos é a objetificação dos sujeitos participantes da pesquisa, processo em que a relação pesquisador e pesquisado ocorre por meio da apropriação. Acreditando-se que o pesquisado seja um sujeito cognoscente pronto, mas antagonicamente inacabado por sua falta de informação e, portanto, incapaz de produzir conhecimento. A geração do conhecimento é considerada, de acordo com essa lógica, papel do pesquisador, capaz de se apropriar do objeto cognoscível por meio da observação e análise tendo como resultado desse processo o conhecimento considerado legítimo (COLLARES, MOYSÉS, GERALDI, 1999). John Stuart Mill é considerado o autor responsável por esse ideal de produção do conhecimento na pesquisa científica. O autor defende a autonomia individual como forma de neutralidade e também é responsável por delinear os fundamentos da pesquisa indutiva enquanto método científico (CHRISTINS, 2006, p. 143).

A pesquisa realizada a partir das ciências sociais possui particularidades que a distingue das ciências naturais, já que o observador e observado compartilham a mesma natureza (STRAUSS, 1975). Minayo (2012, p. 13) amplifica essa concepção, ao defender a existência de uma identidade entre o sujeito e o objeto, por se tratar de estudos voltados a compreensão de

fenômenos culturais como classe, gênero, faixa etária e tantos outros, possuem pontos de contato com a identidade do pesquisador, algo que em alguma medida torna-os “solidariamente imbricados e comprometidos”. Fine et. al (2010) consideram que os fenômenos estudados emergem de realidades filtradas por nossos valores.

A relação entre sujeito e objeto é definitiva e indissociável em todo o processo de construção do conhecimento. Löwy também compartilha da visão de Levi Strauss e Minayo, pois considera que sujeito e objeto são igualmente “seres sociais”, sendo que o fato de alguém se estabelecer como observador não anula sua implicação com a realidade social. Conseqüentemente, não há sentido em propor ou se buscar a distância e a objetividade perseguida pela ciência natural com o mundo exterior (LÖWY, 2009, p 194).

Porém, a proximidade excessiva entre o pesquisador e o objeto ou fenômeno não se constitui em solução imediata ao dilema referente ao distanciamento. Nessa condição, “inundar o texto como rumações sobre as subjetividades do pesquisador também tem o potencial de silenciar os sujeitos e é particularmente preocupante” (FINE, et. al, 2010, p. 117). As soluções metodológicas concebidas nas ciências naturais apresentam limites de aplicação no campo social e essa busca tem apresentado questões de ordem ética como já levantadas nesse trabalho. As ciências sociais surgiram posteriormente às naturais, e são relativamente recentes. As diferenças existentes entre esses campos são fruto de intenso debate, pois há aqueles que defendem a uniformidades dos métodos como um dos critérios de cientificidade e a inviabilidade do uso de métodos consagrados como critério de cientificidade se constituem como filtros do que deve ou não ser considerado um saber teórico (MINAYO, 2012).

Entre o máximo distanciamento, que pode resultar na indiferença ou insensibilidade dos pesquisadores à intelectualidade e posição política dos pesquisados (WEIS, WONG, 2006, p. 118) e o mergulho na realidade do outro como sendo forma de absorção completa de modos e crenças de vida visando sua apropriação é possível desenvolver um posicionamento ético. O caminho para tal, parece ser o desenvolvimento da consciência das próprias crenças e valores do pesquisador e as dos sujeitos pesquisados. Nesse sentido, Abdias Nascimento relata que:

[...] não estou “interessado no exercício de qualquer tipo de ginástica teórica, imparcial e descomprometida. Não posso e não me interessa transcender a mim mesmo, como habitualmente os cientistas sociais declaram supostamente fazer em relação às suas investigações. Quanto a mim, considero-me parte da matéria investigada”. (NASCIMENTO, 1978, p. 41).

Percebe-se que colocar-se enquanto parte da pesquisa é um comportamento que, ao contrário do ideal iluminista e positivista, não procura a neutralidade negando a implicação dos pesquisadores em seu trabalho, mas que a problematiza. Milton Santos (2001, p. 34) considera que a postura científica é incompatível com repúdio em assumir as próprias concepções, sendo essa condição a exata diferença entre o intelectual e o letrado para o autor, sendo que esses últimos “não podem ou não querem mostrar, à luz do dia, o que pensam”.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender a própria realidade como forma de orientar a própria experiência de vida é um ideal antigo presente na sociedade e a isso é devido a todo o repertório de conhecimento desenvolvido e acumulado até então. As diversas possibilidades para a produção do conhecimento, embora

operem de formas específicas, possuem os mesmos objetivos. Nessa busca, a ciência tem se destacado enquanto *locus* privilegiado e por ter desenvolvido processos generalizantes, tornou-se um dos discursos que se pretende universal na produção e reprodução do saber. A primazia do conhecimento científico tem sido sustentada em razão de seu caráter neutro e objetivo, consideradas características que distinguem a ciência das demais formas de produção do conhecimento, esses mais susceptíveis à manipulação na direção de crenças e interesses pessoais.

A realização da pesquisa no campo das ciências sociais por muito tempo pautou-se por premissas desenvolvidas nas ciências naturais, desenvolvidas de forma coerente aos ideais iluministas e positivistas do fazer científico. Contudo, vários trabalhos demonstraram que o conhecimento isento e objetivo teve sua existência condicionada a esse nível. A ciência neutra e desinteressada, concebida livre de contaminações é questionada ao se perceber a implicação política, implícita nos trabalhos realizados. As questões são as mais diversas, desde que estudos que contrariam posições dos sujeitos pesquisados por terem sido apropriados enquanto objetos, a indiferença do pesquisador a respeito da realidade que se propôs pesquisar, até o uso da pesquisa como forma de reproduzir e naturalizar crenças preconceituosas. Ratts (2006, p. 19) resume que a busca da neutralidade tem comparecido como controle das experiências, uma vez que o pesquisador se apropria dos pesquisados e do fenômeno nos pontos convergentes com seu argumento e interesses.

A mudança da visão sobre os sujeitos pesquisados instaurou novas formas de abordagens metodológicas, tendo como pano de fundo uma preocupação à dimensão ética. Admitindo-se a proximidade do pesquisador ao fenômeno diversos trabalhos são outorgados a partir do lugar de fala, algo que evidencia a implicação do pesquisador com o objeto ou fenômeno social estudados. Porém, não raramente estudos como esses são considerados como sendo ideologizados. A excessiva implicação pode fazer com que o pesquisador seja incapaz de diferir sua própria questões e as do fenômeno que observa, fazendo com que use sua pesquisa para reproduzir suas próprias concepções. Essas duas situações sinalizam que o distanciamento entre o pesquisador e objeto ou sujeito pesquisado se refiram a pontos extremos de um *continuum*, tal como representado na Figura 1:

Relação pesquisador/Objeto ou Sujeitos



Fonte: elaborado pela autora.

No intervalo entre os extremos está, no campo das ciências sociais, as experiências dos sujeitos, algumas delas vistas e observadas pelos pesquisadores como fenômenos. Quanto mais distante o pesquisador está de os objetos ou sujeitos de sua pesquisa, menor será sua implicação pessoal, porém isso pode comprometer sua capacidade de compreensão, por se tornar indiferente ou insensível à questões importantes no processo de estudo. De modo antagônico, quanto mais próximo o pesquisador se encontra de seu objeto, mais sensível será aos elementos necessários à compreensão em profundidade do fenômeno objeto de estudo, porém, poderá não estar atento

ao contexto mais amplo em que os grupos estão inseridos e que exercem grande influência sobre as experiências de vida.

A proximidade entre pesquisador e objeto/ sujeitos participantes das pesquisas tem sido interpretada por alguns teóricos como uma situação que produz ideologias e não conhecimento científico. O debate teórico aqui descrito, possibilita inferir que a imposição da subjetividade do pesquisador não está relacionada com seu distanciamento do objeto ou fenômeno, mas sim, com a desproblematização da implicação do pesquisador na produção científica, fruto de um processo histórico de negação da existência dessa implicação. A falta da reflexão e consciência sobre as próprias questões frente aos dos sujeitos participantes do estudo, tem o mesmo efeito nocivo, independente do distanciamento adotado: impor interesses e valores próprios ou de terceiros aos pesquisados.

De forma mais objetiva e ilustrativa, o estudo do racismo feito por pessoas brancas não pode ser considerado inválido por eles não experimentarem o fenômeno, como também não se pode concluir que o fruto desses estudos seja capaz de esgotar a complexidade do fenômeno. Do mesmo modo, ser negro não é garantia de que, para a realização de uma pesquisa que encerre o debate a respeito, seja suficiente para resolver os dilemas existentes nas relações, tampouco seja pode ser tomado como ideologismo ou militância. As duas situações descritas dizem respeito a perspectivas diferenciadas, podendo contribuir ou não para o avanço do debate e que tem relação mais profunda com o posicionamento crítico que o pesquisador é capaz de assumir. A cientificidade nessa relação está ligada à implicação do pesquisador frente aos sujeitos e fenômenos sobre os quais se debruça. Não há fórmula para tanto, mas a via pode ser a do respeito intelectual e político aos sujeitos participantes da pesquisa.

REFERÊNCIAS

AQUINO, T. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 70.

ALVES, R. **Filosofia da Ciência: Introdução ao jogo e suas regras**. Brasília: Ed. Brasiliense, 1981.

ARAÚJO, C. A. Á. A ciência como forma de conhecimento. **Ciências & cognição**, v. 8, p. 127-142, 2006.

BACON, F. **Nova Atlântida**. Trad. Fernanda Pinto Rodrigues. Lisboa: Ed. Minerva, 1976.

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BAUMGARTEN, M. **Sociedade e conhecimento: ordem, caos e complexidade**. **Sociologias**, v. 8, n. 15, p. 16-23, 2006.

BAPTISTA, S. **Religião e sociologia**. Rev. Caminhando, v. 9, n. 1, p. 169-186, 2004.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia?** São Paulo, Brasiliense, 1984.

_____. **Convite à filosofia**. Ática, 1995.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 16, n. 2, 2003.

COLLARES, C. A. L. MOISÉS, M. A. A. GERALDI, J. W. Educação continuada: a política da descontinuidade. **Educação & Sociedade**, 1999.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1981.

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna. **El campo de la investigación cualitativa**. Barcelona: Gedisa. 2011.

DERRIDA, J. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

EAGLETON, Terry. “O que é Ideologia?” In: **Ideologia** - Uma introdução. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

ELÍAS, N. **Compromiso y distanciamiento**. Ensayos de sociología del conocimiento. Barcelona: Ediciones Península, 1990.

FRANÇA, V. R. V. Teoria(s) da comunicação: busca de identidade e de caminhos. **Rev. Esc. Biblioteconomia UFMG**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2: 138-152, 1994.

FINE, M. et al. Para Quem? In: DENZIN, N. LINCOLN, Y. **O planejamento da pesquisa qualitativa: Teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GAULEJAC, V. Lo irreductible social y lo irreductible psíquico. **Perfiles Latinoamericanos**, n. 21, p. 49-71, dic, 2002.

GERALDINO, S. M. G. **Os Relatos De Viagem Entre a Norma E O Gosto: Os Viajantes Franceses E a Alimentação No Brasil Do Século XIX**. [s.n.], 2015.

GOULDNER, A. **The Dialectic of Ideology and technology**, London: Randall Collins, 1976.

GRESSLER, L. A. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. São Paulo: Loyola, 2003.

GODOI, C., K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

HESSEN, J. **Teoria do Conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JAPIASSU, H. **O mito da neutralidade científica**. Imago Editora, 1975.

KIPPER, D. J. Breve história da ética em pesquisa. **Revista da AMRIGS**, v. 54, n. 2, p. 224-228, 2010.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. Atlas, 1986.

LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. São Paulo: Busca Vida, 1987.

MARCANTONIO, Jonathan Hernardes. Modernidade e secularização. **Revista do Curso de Direito**, v. 8, n. 8, p. 191-214, 2011.

MANRIQUE, M. M. DI MATTEO, M. F. TROUSSEL, L. S. Análisis de la implicación: construcción del sujeto y del objeto de investigación. **Cadernos de Pesquisa**, v. 46, n. 162, p. 984-1008, 2016.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social**: Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis: Vozes, 2012.

MONTEIRO, S. D. GIRALDES, M. J. C. Aspectos lógico-filosóficos da Organização do Conhecimento na esfera da Ciência da Informação. **Informação & Sociedade**, v. 18, n. 3, 2008.

NAGEL, E. **Ciência: natureza e objetivo**. Filosofia da ciência. São Paulo: Ed. Cultrix, p. 11-24, 1975.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do Negro Brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

PAIVA-JÚNIOR, F. G. LEÃO, A. L. M. S. MELLO, S. C. B. Validade e confiabilidade na pesquisa qualitativa em administração. **Revista de Ciências da Administração**, v. 13, n. 31, 2011.

POPPER, Karl R. **A lógica da pesquisa científica**. Editora Cultrix, 2004.

RAEGER, W.; SMITH, L. **Introdução ao estudo das ideias**: religião e filosofia no passado e no presente. São Paulo: Loyola, 2001.

RATTS, A. **Eu Sou Atlântica**. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

ROUSSEAU, J.J. **Discours sur les Sciences et les Arts, in Oeuvres Complètes**, vol. 2, Paris: Seuil, 1971.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**, 5. ed. - São Paulo : Cortez, 2008.

SANTOS, Milton. **O intelectual anônimo**. Brasília: Correio Brasiliense, v. 3, 2001.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. Cortez editora, 2017.

SILVA, E.L. A construção do conhecimento científico: o processo, a atividade e a comunicação científica em um laboratório de pesquisa. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2: 109-125, 2002.

SPIVAK, G. **Pode o subalterno falar?** UFMG: Belo Horizonte, 2014.

VON BORMANN, B; et al. A scientific journals' duty of neutrality. **BJA: The British Journal of Anaesthesia.** 114, 5, 853-854, May 2015.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

WEISS, Raquel. Max Weber e o problema dos valores: as justificativas para a neutralidade axiológica. **Rev. Sociol. Polit.** vol.22 no.49 Curitiba Jan./Mar. 2014.

WILSON, WA. THE MYTH OF SCIENTIFIC OBJECTIVITY. **First Things: A Monthly Journal of Religion & Public Life.** 277, 27-34, Nov. 2017.